Acta n.º 23 da Reunião
**Ordinária da Câmara Municipal
de Barcelos realizada em catorze de
outubro de dois mil e vinte e
quatro. -----**

----- Aos catorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Barcelos, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões da Câmara Municipal, compareceram além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, os Senhores Vereadores: Dr. Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, José Paulo Maia Matias, Professora Doutora Maria Isabel Neves de Oliveira, Professora Doutora Mariana Teixeira Baptista de Carvalho, Dr. Alexandre Miguel Gonçalves Maciel, Dr. Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis, Dra. Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Dr. António Jorge da Silva Ribeiro, D. Maria Elisa Azevedo Leite Braga e Dra. Anabela Pimenta de Lima Deus Real.-----

----- Sendo quinze horas e depois de todos haverem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente começou por cumprimentar todos os presentes e transmitiu que pretendia dar nota de um assunto que julgava ser do agrado de todos.-----

----- Referiu que pela primeira vez está previsto no Orçamento de Estado a inscrição de uma verba para a construção do novo hospital. A mesma tem uma previsão que permite avançar para o concurso da contratação do projeto de arquitetura e projeto de execução para o novo hospital, o que é uma boa notícia.-----

----- Concluiu dizendo que esperava que o Orçamento fosse aprovado a fim de permitir que o novo hospital fosse uma realidade a curto prazo.-----

----- De seguida interrogou as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores se tinham alguma questão para colocar.-----

----- Usou da palavra o Sr. Dr. Alexandre Maciel que começou por dizer que relativamente à questão do hospital reiterava os parabéns já oportunamente transmitidos em

reuniões da Câmara, não só ao atual executivo, mas aos executivos anteriores que fizeram o seu trabalho, aos deputados, Dr. Carlos Eduardo Reis e Dra. Anabela Real. Estava ciente que era uma vitória de todos aqueles que se empenharam, quer em funções autárquicas, mas também da sociedade civil que também se manifestaram e ao longo do tempo deram o seu contributo.-----

----- Aproveitou o momento também para falar de duas situações. -----

----- A primeira foi para sugerir a necessidade de limpeza do terreno contíguo ao cemitério de Barcelos.-----

----- A segunda foi para referir que relativamente à obra de “Arranjo da Avenida Divino Salvador, em Roriz” a mesma está praticamente concluída, mas gostava de saber o que falta para efetivamente terminar.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que relativamente à questão da limpeza do terreno agradecia a indicação e ia mandar providenciar. -----

----- Relativamente ao “Arranjo da Avenida da Igreja, em Roriz”, a obra estava efetivamente quase concluída, faltando apenas uma questão da iluminação e estava a ser agendada com o Sr. Presidente da Junta a sua inauguração. Acrescentou que era uma pretensão dos Rorizenses de há muito tempo e felizmente foi concluída e é uma grande obra. -----

----- Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente prosseguiu com a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia. -----

----- **- ORDEM DO DIA:**-----

----- **PROPOSTA N.º 1. Aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 30 de Setembro de 2024.**-----

----- Ao abrigo do preceituado no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, *“As atas são lavradas, sempre que possível, por trabalhador da autarquia local designado para o efeito e são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva sessão ou reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.”.*-----

----- Segundo o disposto no n.º 4 do preceito legal anteriormente mencionado “As deliberações dos órgãos só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores.” -----

----- Assim, em face do exposto e no uso das competências legalmente cometidas às autarquias locais, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere apreciar e votar: -----

----- - A ata da reunião ordinária realizada em 30 de setembro de 2024. -----

----- Barcelos, 09 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores, Dr. Carlos Eduardo Reis e Dra. Armandina Saleiro, por não terem estado presentes na reunião, aprovar a presente proposta.** -----

----- **PROPOSTA N.º 2. Ação Social Escolar - Auxílios económicos / refeições escolares a crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Ano letivo 2024/2025. (Registo 4074261 | 24)** -----

----- A igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar é concretizada pela criação de apoios e complementos educativos, constituídos por um conjunto diversificado de ações, consagradas no n.º 1, do artigo 27.º da Lei de Bases do Sistema Educativo e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar. -----

----- O Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, do Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, e Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos Municípios, nas modalidades de apoio alimentar, alojamento, auxílios económicos e acesso a recursos pedagógicos. -----

----- O Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Transferência de Competências do Estado, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º do seu Anexo I que os Municípios, dispõem de atribuições nos domínios da educação e ação social. A alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do citado diploma, dispõe que compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes.-----

----- O Município de Barcelos estabelece um conjunto de regras para a atribuição de apoios económicos, no âmbito da ação social escolar, os quais se traduzem em participações nas refeições escolares.-----

----- À luz dos citados preceitos, bem como dos normativos regulamentares, os apoios a conceder são os seguintes:-----

----- Pré-escolar:

Escalão A - Refeição Gratuita [0,73€] - 11 crianças.

----- 1.º Ciclo do Ensino Básico:-----

----- Escalão A - Refeição Gratuita [1,46€] - 15 alunos.-----

----- Escalão B - Isenção de 50% [0,73€] - 20 alunos.-----

----- Assim, no uso da competência prevista na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e à luz dos preceitos do Regulamento de Ação Social Escolar no Município de Barcelos, propõe-se que a Exma. Câmara Municipal delibere apreciar e votar a atribuição dos apoios supra elencados às crianças e aos alunos enumerados na listagem anexa, para o ano letivo 2024/2025.-----

----- Barcelos, 09 de outubro de 2024.-----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.)-----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta**-----

----- **PROPOSTA N.º 3. Apoio ao Arrendamento Habitacional**-----

----- A Constituição da República Portuguesa consagra, como direito fundamental, o acesso a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar [cfr. n.º 1 do artigo 65.º].-----

----- O Regime Jurídico das Autarquias Locais e a Transferência de Competências do Estado foi aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- A alínea i) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I do citado diploma, consagra que os Municípios dispõem de atribuições no domínio da habitação. -----

----- Em cumprimento dos citados preceitos e demais aplicáveis em matéria de habitação, o Município de Barcelos promoveu a elaboração e aprovação de um Regulamento para o Apoio ao Arrendamento Habitacional, que estabelece as regras e procedimentos com vista a apoiar as famílias na satisfação das suas necessidades habitacionais.

----- Contudo, a concessão destes apoios tem subjacente a apresentação de pedido por parte do munícipe, o qual é objeto, conjuntamente com a demais documentação anexa, de apreciação pela Divisão de Ação Social e Saúde do Município, que afere do preenchimento ou não dos requisitos legais e regulamentares. -----

----- Sem prejuízo da apreciação ser cometida a Divisão da Ação Social e Saúde do Município, a decisão relativa à candidatura apresentada [nova/alteração] constitui competência da Câmara Municipal de Barcelos por força do disposto no artigo 15.º do Citado Regulamento. -----

----- Assim, em face do exposto, e no uso das competências legalmente cometidas às autarquias locais, em particular do disposto no artigo 15.º do citado Regulamento Municipal, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere apreciar e votar:

----- -A atribuição de apoio ao arrendamento habitacional aos munícipes abaixo identificados:-----

----- **Novos Processos:**-----

----- - Anabela Maria Loureiro Neto – Registo n.º 4071328/2024;-----

----- - Justino António Rodrigues Neiva – Registo n.º 4071682/2024;-----

----- - Manon Gadelha Nogueira da Silva – Registo n.º 4062360/2024;-----

----- - Maria Odete Santos Andrade Moreira – Registo n.º 4065148/2024;-----

----- - Tiago António Vieira Pereira – Registo n.º 4050427/2024.-----

----- **Processos Reavaliados - Aumento do valor do apoio:**-----

----- - Jimena Edith Larraguibel Arenas - Registo n.º 4045629/2024;-----

----- - Maria Goreti Alves Vilas Boas - Registo n.º 4065141/2024; -----

----- - Marlene Pinto de Araújo Martins - Registo n.º 4066672/2024. -----

----- **Processos Reavaliados - Diminuição do valor do apoio:**-----

----- - Deusadeu Bela Rei Martins Morais - Registo n.º 4052036/2024. -----

----- **Processos Reavaliados - Continuidade do valor do apoio:**-----

----- - Ana Maria da Silva Gomes - Registo n.º 4059933/2024;-----

----- - Maria Isabel de Azevedo Soares - Registo n.º 4055757/2024. -----

----- Barcelos, 09 de outubro de 2024.-----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.)-----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta**-----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal não participou na apreciação e votação da proposta seguinte, em virtude de considerar-se impedido nos termos da lei, tendo presidido aos trabalhos a Sra. Vereadora Dra. Mariana Carvalho. -----

----- **PROPOSTA N.º 4. Minuta da Segunda Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município de Barcelos e o Grupo de Acção Social e Cristã (GASC). [Registo n.º 4072162/2024].**-----

----- O Município de Barcelos estabeleceu com o GASC - Grupo de Acção Social Cristã um protocolo de colaboração cujo objeto foi a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o primeiro outorgante no domínio da ação social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto e da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, o qual prevê que o SAAS atribua prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica, tomando como referencial o previsto no Decreto-Lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro, no respeito pela autonomia do poder local.-----

----- Sucede que, o GASC veio informar que já executou 60% da verba prevista no protocolo, motivo pelo qual, vem solicitar o reforço dessa verba atempadamente de forma a que existe continuidade dos apoios económicos, sem interrupções.-----

----- O Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Transferência de Competências do Estado foi aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- No âmbito da sua atuação, os Municípios dispõem de atribuições nos domínios da ação social e da habitação, conforme o vertido no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Compete aos municípios apoiar atividades de natureza social e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com entidades competentes da administração central e com as instituições privadas de solidariedade social, conforme o vertido na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, do dito diploma.-----

----- Assim, em face do exposto e no uso das competências legalmente cometidas às autarquias locais, e em particular do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere apreciar e votar:-----

----- A minuta da Segunda Adenda ao Protocolo de Colaboração anexa à presente proposta, a celebrar entre o Município de Barcelos e o Grupo de Acção Social e Cristã (GASC).-- -----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024.-----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.)-----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal retomou a direção dos trabalhos.-----

----- **PROPOSTA N.º 5. APACI - Associação de Pais e Amigos Centrada na Inclusão. Atribuição de comparticipação financeira. [Registo n.º 4069772/2024].-----**

----- A APACI – Associação de Pais e Amigos Centrada na Inclusão tem como missão “Melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e/ou incapacidade e suas famílias”. -----

----- Atualmente a Associação tem em funcionamento várias respostas sociais e para tal utilizam viaturas que percorrem dezenas de quilómetros diariamente. -----

----- Tendo em conta a vida útil dessas viaturas e no sentido de melhorar a qualidade dos seus serviços, a APACI decidiu substituir uma viatura com 22 anos de existência por outra adaptada às necessidades e exigências da própria instituição e para tal, solicitou ao Município de Barcelos uma comparticipação financeira.-----

----- O Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Transferência de Competências do Estado foi aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Em matéria de concessão/atribuição de apoio estabelece a alínea o) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, do citado diploma, que compete à Câmara Municipal “*Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município (...)*”. -----

----- Dispõe a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do mesmo diploma que compete à Câmara Municipal “*(...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)*”. -----

----- Face o vertido e no uso das competências legalmente cometidas às autarquias locais, e em particular do disposto nas alíneas o), u), do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere apreciar e votar:-----

----- - Conceder uma comparticipação financeira no valor de 10.000,00 € (dez mil euros) à APACI. -----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- **PROPOSTA N.º 6. Associação Marujos de Barcelos. Atribuição de participação financeira. [Registo n.º 4039191/2024].** -----

----- A Associação Marujos de Barcelos solicitou ao Município de Barcelos um apoio monetário para ajudar nos encargos com a concretização do Plano de atividades para 2024. -----

----- O Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Transferência de Competências do Estado foi aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Em matéria de concessão/atribuição de apoio estabelece a alínea o) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, do citado diploma, que compete à Câmara Municipal “*Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município (...)*”. -----

----- A alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do mesmo diploma estabelece que compete à Câmara Municipal “*(...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)*”. -----

----- Face o vertido e no uso das competências legalmente cometidas às autarquias locais, e em particular do disposto nas alíneas o), u), do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere apreciar e votar:-----

----- - Conceder uma participação financeira no valor de 3.000,00 € (três mil euros) à Associação Marujos de Barcelos. -----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- **PROPOSTA N.º 7. Grupo dos Trabalhadores do Município de Barcelos. [Registo n.º: 4065811/2024 EXT].** -----

----- O Grupo dos Trabalhadores do Município de Barcelos, solicitou ao Município de Barcelos a “atribuição de sucata existente no depósito do Parque de Viaturas Municipal”. -----

----- Pretende o Grupo dos Trabalhadores com a devida doação arrecadar fundos que serão empregues exclusivamente no custeamento de realização de seguros para os atletas associados inscritos nas secções desportivas, respetivamente, Futebol/ futsal, Ciclismo/ BTT e Running/Trail running, o custo com inscrições em provas desportivas, e na organização e participação em intercâmbios desportivos com outras instituições e coletividades do serviço da administração pública e congéneres. -----

----- Em matéria de concessão/atribuição de apoio estabelece a alínea o) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o regime jurídico das Autarquias Locais, que compete à Câmara Municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município (...)”. -----

----- A alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do diploma citado estabelece que compete à Câmara Municipal “deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do município, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas...”. -----

----- A alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I do mesmo diploma estabelece que compete à Câmara Municipal “(...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)”. -----

----- Assim, em face do exposto e no uso das competências legalmente cometidas às autarquias locais, e de acordo com o n.º 1, do Artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere apreciar e votar: -----

----- - A doação de sucata (metais ferrosos) existente no depósito do Parque de Vituras Municipal ao Grupo dos Trabalhadores do Município de Barcelos. -----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- PROPOSTA N° 8. Minuta de Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Barcelos e a Freguesia da Pousa [38307/2024 EXT]. -----

----- Considerando que: -----

----- A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais e o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais. -----

----- O artigo 23º, do Anexo I, da referida Lei, estabelece no seu n.º 1 que “*Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias*”.-----

----- O mesmo artigo estabelece ainda na alínea f) do n.º 2 que os municípios dispõem de atribuições, entre outras, no domínio do desporto.-----

----- Compete à Câmara Municipal de Barcelos, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da referida lei, “*Deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes(...)*” e “*apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)*”.-----

----- O Município de Barcelos e a Junta de Freguesia da Pousa comungam assim de objetivos complementares, nomeadamente na otimização da utilização dos recursos, equipamentos e espaços públicos.-----

----- Nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pode o Município de Barcelos, através da Câmara Municipal, celebrar acordos de colaboração com instituições públicas e particulares que desenvolvam a sua atividade na área do Município.-----

----- Face ao exposto, e no uso das competências que legalmente me são cometidas, proponho que a Exma. Câmara Municipal delibere: -----

----- - Appreciar e votar a presente minuta de Contrato de Comodato, a celebrar entre o Município de Barcelos e a Freguesia da Pousa, que estabelece as condições de cedência de parte do edifício da antiga escola EB1, tipo P3, com vista à prossecução das atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia e Entidade Gestora nas valências de Componente de Apoio Familiar (CAF) e Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do 1.º ciclo e Jardim

de Infância da Pousa”, bem como de outras Associações e Instituições de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de relevante interesse da Freguesia da Pousa. -----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- **PROPOSTA N.º 9. Escala de turnos das Farmácias de Barcelos. Ano cível de 2025. [Registo n.º 4072803/2024].** -----

----- A Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, alterada pela Portaria n.º 14/2013, de 11 de janeiro, regula, nomeadamente, o procedimento de aprovação e a duração, execução, divulgação e fiscalização das escalas de turnos das farmácias. -----

----- Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do citado diploma, as associações representativas das farmácias propõem à Administração Regional de Saúde territorialmente competente (ARS), até ao dia 30 de setembro, as escalas de turnos para o ano seguinte. -----

----- De acordo com o disposto no n.º 2 do mesmo artigo 3.º, a ARS do Norte vem solicitar parecer da Câmara Municipal de Barcelos, relativamente à escala de turnos das farmácias da área do concelho, para o próximo ano, cuja emissão e remessa terá impreterivelmente de ocorrer até 30 de outubro. -----

----- Na proposta em análise confirma-se que a farmácia de turno de serviço permanente mantém-se em funcionamento, ininterruptamente, desde a hora de abertura até à hora de encerramento do dia seguinte, atento o disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de março, na sua redação atual. -----

----- Atento o exposto e o facto de ser garantido o efetivo acesso dos cidadãos ao medicamento em situações de urgência, verifica-se que se encontram preenchidos os requisitos legais estabelecidos na alínea a) do n.º 1, do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de março, na atual redação, podendo ser emitido parecer favorável para o ano de 2023. -----

----- De acordo com as disposições conjugadas do artigo 91.º do Código do Procedimento Administrativo e os n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal a emissão de parecer até 30 de outubro. -----

----- Em face do exposto, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos no uso das competências que legalmente lhe são cometidas delibere apreciar e votar: -----

----- A emissão de parecer favorável à aprovação da escala de turnos das farmácias da área deste Município, para vigorar no ano de 2025 e a consequente comunicação à ARS Norte. -----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- **PROPOSTA N.º 10. Revisor Oficial de Contas - Informação sobre a situação económica e financeira do Município de Barcelos reportada a 30.06.2024. Para conhecimento.**-----

----- A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. -----

----- O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.-----

----- A alínea d), do n.º 2, do artigo 77º do citado diploma legal consagra que compete ao auditor externo "*remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira*". -----

----- Assim, em face do exposto, e no uso das competências legalmente cometidas às autarquias locais, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere:-----

----- I - Tomar conhecimento da informação relativa à situação económica e financeira do Município de Barcelos, reportada a 30.06.2024;-----

----- II - Proceder à remessa desta informação à Assembleia Municipal, também para efeitos de conhecimento. -----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento do teor dos documentos constantes na presente proposta.** -----

----- **PROPOSTA N.º 11. «Ligação à Variante da E.N. 103 em Rio Covo Sta Eugénia»: Trabalhos Complementares - Contrato Adicional N.º 1. (Registo n.º 4073557/2024).**-----

----- A empreitada com a designação de “Ligação à Variante da E.N. 103 em Rio Covo Sta Eugénia” foi adjudicada à empresa “Alexandre Barbosa Borges, S.A.”, por deliberação da Câmara Municipal realizada em 30.11.2023, pelo montante de 8.249.871,25 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para um prazo de execução de 540 dias. -----

----- No âmbito da execução do contrato, foi elaborada uma informação técnica [46-24-DOM-AS] de 03/10/2024 respeitante aos trabalhos complementares a executar, bem como a necessidade de celebração de um contrato adicional com a empresa adjudicatária no valor de 800.730,58€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do ponto 1, artigo 370.º do CCP, na sua redação atualizada. -----

----- O órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar é a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, o qual foi reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril. -----

----- Não obstante tratar-se de competência legalmente cometida ao órgão do Município, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I, que em circunstâncias excecionais, o Presidente da Câmara Municipal pode praticar atos da competência desta, estando, contudo, os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião a realizar após a sua prática, sob pena de anulabilidade. -----

----- Em face do exposto, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere apreciar e ratificar o despacho proferido em 04.10.2024 que aprovou:-----

----- 1) Os Trabalhos Complementares propostos pela Fiscalização Externa no montante de 800.730,58 €, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;-----

----- 2) A Ordem de Execução dos Trabalhos Complementares propostos; -----

----- 3) A autorização para a celebração do Contrato Adicional N.º 1 da referida empreitada. - -----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, Dr. Horácio Barra, Professora Doutora Isabel Oliveira, Dra. Armandina Saleiro e Dra. Anabela Real, aprovar a presente proposta.**-----

----- **PROPOSTA N.º 12. «DCP65/2022/CP - Passadiço pedonal ao longo da margem direita do Rio Cávado entre a Frente Ribeirinha de Barcelos e a zona da Quinta do Brigadeiro - 1ª Fase»: Minuta do Contrato Adicional n.º 2 - Trabalhos Complementares, Trabalhos a Menos e Prorrogação do Prazo. [Registo n.º 4069346/2024].**-----

----- No âmbito da empreitada supra identificada, adjudicada à empresa M. Couto Alves S.A., por deliberação de câmara de 16/09/2024, foi aprovada a execução de trabalhos complementares no montante de 574.846,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, os trabalhos a menos no valor de 53.005,98€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como a prorrogação de prazo pelo período de 173 dias. -----

----- Foi igualmente autorizada a celebração do respetivo contrato adicional. -----

----- Os serviços do GGEOP, e em conformidade com as disposições do art.º 375.º, art.º 311º e seguintes do CCP, procederam à elaboração da minuta do contrato adicional n.º 2, conforme informação 137/AVB-DCP/2024. -----

----- *In casu*, o órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar é a Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, o qual foi reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, sendo consequentemente, também o órgão

competente para a decisão de contratar e para a decisão de escolha do procedimento, de acordo com o previsto nos artigos 36.º, n.º 1, e 38.º, ambos do CCP. -----

----- Face ao exposto, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos, no uso das competências previstas nos artigos 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de junho, repriminado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, artigos 94.º, n.º 1, 96.º, alínea i) do n.º 1, 36.º, 98.º, todos do CCP, e 33.º, n.º 1, alínea f), do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere apreciar e votar: ----

----- - A minuta do Contrato Adicional n.º 2.-----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, Dr. Horácio Barra, Professora Doutora Isabel Oliveira, Dra. Armandina Saleiro e Dra. Anabela Real, aprovar a presente proposta.**-----

----- **PROPOSTA N.º 13. Relatório e proposta de sanções contratuais no âmbito do contrato celebrado para o procedimento - DCP5121 - «Prestação do Serviço Público de Transporte de Rodoviário de Passageiros no Concelho de Barcelos». Períodos: julho a dezembro de 2023 e janeiro a junho de 2024. Pedido de prorrogação de prazo para efeitos de audiência prévia.**-----

----- Em reunião de 16 do mês transato, a Câmara Municipal *deliberou* «*que o prestador de serviço fosse notificado nos termos do disposto n.º 13 do artigo 26.º do Caderno de Encargos do DCP5121 – Contrato “Prestação do Serviço Público de Transporte de Rodoviário de Passageiros no Concelho de Barcelos” a fim de se pronunciar em sede de audiência prévia de acordo com os artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, quanto à intenção da aplicação de multas contratuais propostas e fundamentadas*».-----

----- As notificações foram efetuadas através dos ofícios n.ºs 259 e 260/2024.-----

----- Através de e-mail datado de 9 do corrente mês, veio o prestador de serviços solicitar a prorrogação do prazo por mais 20 dias, para o exercício do direito de audiência prévia, invocando para o efeito: « i) O número de infrações ali identificadas; ii) O facto de ter

decorrido um ano desde algumas das situações ali identificadas; iii) A coincidência entre o período temporal para o exercício de direito de pronúncia com o período concedido para a pronúncia relativa a outra proposta de aplicação de sanções contratuais no âmbito do mesmo contrato». -----

----- Face ao exposto e no uso das competências legalmente cometidas, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere apreciar e votar:-----

----- - Autorizar a prorrogação do prazo por mais 20 dias, para efeitos de exercício do direito de audiência prévia pelo prestador de serviço relativamente às deliberações da Câmara Municipal que aprovaram a notificação da intenção da aplicação de multas contratuais propostas e fundamentadas. -----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- **PROPOSTA N.º 14. Ratificação de Despachos do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Mário Constantino Lopes.** -----

----- No exercício das suas funções, o Sr. Presidente da Câmara Municipal exarou os despachos de aprovação/autorização, abaixo enumerados.-----

----- Não obstante tratar-se de competência legalmente cometida ao órgão executivo do Município, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I, que em circunstâncias excecionais, o Presidente da Câmara Municipal pode praticar atos da competência desta, estando, contudo, os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião a realizar após a sua prática, sob pena de anulabilidade. -----

----- Em face do exposto, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere apreciar e ratificar os despachos proferidos pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que aprovaram/autorizaram o seguinte: -----

----- - A cedência temporária de miniescavadora e/ou retroescavadora, à Unidade Local de Saúde de Barcelos/Esposende, E.P.E., para apoio na reparação de fuga de água no Hospital Santa Maria Maior (Registo n.º 4064272/2024);-----

----- - A disponibilização de 1 (uma) bandeira do Município à Junta de Freguesia de Tamel São Veríssimo, para hastear no dia 1 de outubro aquando das comemorações do Dia da Freguesia (Registo n.º 4071920/2024).-----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- **PROPOSTA N.º 15. Ratificação de Despachos da Sr.ª Vereadora Doutora Mariana Carvalho.** -----

----- No exercício das suas funções a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Doutora Mariana Carvalho, exarou os Despachos de aprovação abaixo enumerados.-----

----- Não obstante a autorização concedida, os Despachos em apreço carecem de ratificação pela Câmara Municipal nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

----- Assim, e em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos, à luz do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, delibere apreciar e ratificar os despachos proferidos pela Sra. Vereadora, Doutora Mariana Carvalho, que aprovaram/autorizaram o seguinte: -----

----- - A cedência do espaço do refeitório da Escola EB1 de Moure à Associação de Pais de Moure, para realização de uma Assembleia Geral no dia 20 de setembro e sua continuação a 10 de outubro (Registos n.º 4070336/2024 e n.º 4073091/2024);-----

----- - A cedência das instalações da Escola EB1/JI de Galegos Santa Maria à Associação de Pais da EB1/JI de Galegos Santa Maria durante o ano letivo de 2024/2025 (Registo n.º 4058069/2024);-----

----- - A cedência do pavilhão da Escola Básica de Alvelos à Associação de Pais dos Alunos de Alvelos do Jardim de Infância e 1º ciclo, para realização de uma Assembleia Geral de Pais no dia 8 de outubro (Registo n.º 4071864/2024);-----

----- - A cedência do espaço da EB1 de Carvalhal à Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 e Jardim de Infância de Carvalhal, para realização do Halloween no dia 31 de outubro (Registo n.º 4071427/2024);-----

----- - A cedência do espaço da EB1 de Carvalhal à Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 e Jardim de Infância de Carvalhal, para realização da festa do São Martinho no dia 9 de novembro (Registo n.º 4071428/2024);-----

----- - A cedência das instalações do Jardim de Infância de Vila Cova à Associação de Pais de Vila Cova, na primeira quinzena de agosto (Registo n.º 4070439/2024).-----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- **PROPOSTA N.º 16. Ratificação de Despacho do Sr. Vereador Doutor António Ribeiro.**-----

----- No exercício das suas funções o Senhor Vereador da Câmara Municipal, Doutor António Ribeiro, exarou o Despacho de aprovação abaixo enumerado.-----

----- Não obstante a autorização concedida, o Despacho em apreço carece de ratificação pela Câmara Municipal nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

----- Assim, e em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos, à luz do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, delibere apreciar e ratificar o despacho proferido pelo Sr. Vereador, Doutor António Ribeiro, que aprovou/autorizou o seguinte:

----- - A utilização do cartão valor do TUBA por parte de professores da Escola Secundária de Barcelinhos, no valor estimado de 12 (doze) viagens, para acompanhamento das turmas de alunos finalistas, nos dias 7 e 9 de outubro, a fim de participarem na Feira de Emprego e Formação no IPCA (Registo n.º 4073835/2024).-----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- **PROPOSTA N.º 17. Ratificação de Despachos do Sr. Vereador José Paulo Matias.**-----

----- No exercício das suas funções o Senhor Vereador da Câmara Municipal, José Paulo Matias, exarou os Despachos de aprovação abaixo enumerados. -----

----- Não obstante a autorização concedida, os Despachos em apreço carecem de ratificação pela Câmara Municipal nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

----- Assim, e em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos, à luz do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, delibere apreciar e ratificar os despachos proferidos pelo Sr. Vereador, José Paulo Matias, que aprovaram/autorizaram:-----

----- - A disponibilização de 35 (trinta e cinco) livros “Rosa Ramalho – A maior Ceramista Portuguesa” e 35 giveaways à CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Barcelos para oferecer no IV Congresso Intermunicipal sobre Proteção de Crianças e Jovens, nos dias 19 e 20 de setembro (Registo n.º 4068438/2024);-----

----- - A cedência do Auditório Municipal, bem como de apoio logístico e audiovisual à ACIB – Associação Comercial e Industrial de Barcelos, para realização do Fórum do Comércio no dia 20 de novembro (Registo n.º 4068371/2024);-----

----- - A disponibilização de 200 (duzentos) giveaways ao Gil Vicente Futebol Clube, para oferta institucional (Registo n.º 4067738/2024);-----

----- - A cedência do Auditório da Biblioteca Municipal, bem como a isenção do pagamento de taxas, à Comissão Política do PSD de Barcelos, para realização de uma conferência e tomada de posse dos novos órgãos, no dia 26 de setembro (Registo n.º 4069488/2024);-----

----- - A cedência do Auditório da Casa da Juventude à Escola Superior de Tecnologia do IPCA, para realização de um Encontro de Criadores de Jogos Digitais, nos dias 11/10/2024, 10/01/2025 e 12/04/2025 (Registo n.º 4069091/2024);-----

----- - A cedência do Auditório da Biblioteca Municipal, bem como a isenção do pagamento de taxas, à Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Barcelos, para realização de uma sessão sobre o tema “Igualdade nas questões LBTG+”, no dia 22 de outubro (Registo n.º 4068761/2024);-----

----- - A cedência da antiga escola de Vilar de Figos à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria, para o desenvolvimento de atividades ocupacionais de tempos livres nas pausas letivas (Registo n.º 4051747/2024);-----

----- - A cedência do Auditório da Biblioteca Municipal, bem como a isenção de taxas, à Barcelos Sénior - Associação Educacional, Cultural, Social e Recreativa de Formação Permanente, para realização de parte das aulas durante o ano letivo, de 01/10/2024 a 31/07/2025, às terças-feiras entre as 10h00 e as 12h00 e às quartas-feiras entre as 14h30 e as 16h30 (Registo n.º 4058077/2024);-----

----- - A cedência do Auditório Municipal, bem como de apoio técnico, designadamente, microfones, videoprojector, computador, utilização da rede WiFi e do espaço adjacente para exposição digital de posters, à Unidade Local de Saúde Barcelos/Esposende, E.P.E., nos dias 12 e 13 de novembro, para realização das I Jornadas de Enfermagem dos Cuidados de Saúde Primário (Registo n.º 4072954/2024);-----

----- - A cedência do Auditório da Casa da Juventude, bem como a isenção de taxas, à “Comissão Organizadora da Marcha do Orgulho LGBTQ+ de Barcelos”, para exibição de um documentário sobre Israel e questões relacionadas com os direitos humanos, no dia 6 de outubro (Registo n.º 4073214/2024);-----

----- - A cedência do Auditório Municipal, bem como de apoio técnico ao nível de som e videoprojeção, ao Agrupamento de Escolas Vale do Tamel, para realização da Cerimónia do Quadro de Valores e Excelência relativa ao ano letivo 2023/2024, no dia 18 de outubro (Registo n.º 4068900/2024); -----

----- - A disponibilização de 1 (um) galo médio à União de Freguesias de Chorente, Góios, Courel, Pedra Furada e Gual, para oferta institucional (Registo n.º 4071821/2024).-----

----- Barcelos, 9 de outubro de 2024. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA, -----

----- (Mário Constantino Lopes, Dr.) -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

----- **PROPOSTA N.º 18. Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. João Lima Pereira, pai do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos.** -----

----- A Câmara Municipal de Barcelos aprova um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor João Lima Pereira, nascido a 20 de julho de 1935, na freguesia de Balazar, concelho da Póvoa de Varzim e falecido na freguesia de Barqueiros, concelho de Barcelos, a 13 de outubro de 2024.-----

----- Pai do Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Dr. Fernando Santos Pereira, viveu durante 60 anos na freguesia de Barqueiros, onde exerceu a profissão de comerciante, fazendo não só a Feira de Barcelos, mas as de todo o litoral Norte, desde Valença a Espinho, sendo por isso popularmente conhecido e muito acarinhado. -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

----- **PROPOSTA N.º 19. Aprovação da Ata em Minuta.** -----

----- Propõe-se, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a aprovação da presente ata em minuta. -----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram quinze horas e vinte minutos, da qual para constar e por estar conforme se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por quem a secretariou. -----

----- **ASSINATURAS** -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

(Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Dr.)

SECRETARIARAM

(Clara Alexandra Miranda Pereira, Dra.)

(Maria da Conceição Araújo Silva Pinheiro, Dra.)